

Atribuição BB CY 4.0

REFLEXÕES ACERCA DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA: POR UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Ana Cássia Alves Cunha¹

Aminata Nádia Gomes Mané²

Laurindo Virgílio Rafael³

Resumo

Com o propósito de contribuir com os debates a respeito das leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 e dos processos formativos do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), este estudo busca refletir acerca das componentes curriculares: Religiões de Matriz Africana, Filosofia da Ancestralidade e Educação e Religiosidades e Espiritualidades na Educação para a Cidadania nos Países da Integração. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos identificar as contribuições das componentes na formação dos/as professores/as,

¹ Mestra em Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Licenciatura em Pedagogia (UNILAB), Bacharelado em Humanidades (UNILAB) e Bacharelado em Comunicação Social (UNIFANOR). E-mail: anacassia.alves@gmail.com

² Mestrando em Ciências da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Licenciatura em Letras-Língua Inglesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: laurindo94rafael@gmail.com

³ Mestra em Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Licenciatura em Pedagogia (UNILAB), Bacharelado em Humanidades (UNILAB). E-mail: aminatanadia@aluno.unilab.edu.br

e, ao mesmo tempo, reconhecer a sua importância na constituição do ser humano sócio-histórico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de experiências e relatos de estudantes de Angola, Brasil e Guiné-Bissau. Essa perspectiva permite compreender a relevância das componentes na construção de uma educação plural e inclusiva.

Palavras-chave

Religiões de matriz africana; Filosofia africana; Educação étnico-racial.

Recebido em: 03/01/2025
Aprovado em: 09/07/2025

480

REFLECTIONS ON THE CURRICULAR COMPONENTS OF THE PEDAGOGY DEGREE COURSE: FOR AN ETHNIC-RACIAL EDUCATION

Abstract

With the aim of contributing to the debates on Laws 10.639 of 2003 and 11.645 of 2008 and the training processes of the Pedagogy degree course at the University of the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), this study seeks to reflect on the curricular components: Religions of African Matrix, Philosophy of Ancestry and Education and Religiosities and Spiritualities in Education for Citizenship in the Countries of Integration. To this end, we set ourselves the specific objectives of identifying the components' contributions to teacher training and, at the same time, recognizing their importance in the constitution of the socio-historical human being. The research adopts a qualitative approach, based on analyzing the experiences and reports of students from Angola, Brazil and Guinea-Bissau. This perspective allows us to understand the relevance of the components in the construction of a plural and inclusive education.

481

Keywords

Religions of African origin; African philosophy; Ethnic-racial education.

Introdução

Quais caminhos devemos percorrer para construir uma educação mais plural e inclusiva? A partir do que vamos vivenciando dentro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), unido às leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, além das diversas teorias e teóricos que vêm contribuindo para discutirmos sobre educação étnico-racial, é notável que os caminhos percorridos até aqui ainda não foram o suficiente para desestruturar a hegemonia branca, hetero e cis, que normalizam todas as estruturas das sociedades.

482

Embora a UNILAB seja um espaço plural, com uma diversidade de pessoas, negras, indígenas, quilombolas, pessoas interioranas e periféricas, do Brasil, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor-Leste, o que se nota a partir da experiência individual e coletiva é que todos/todas vivemos no mesmo guarda-chuva, em que a estrutura dominante hegemônica é a eurocêntrica/estadunidense.

Magobe Bernard Ramose (2011, p. 8) afirma: “Onde quer que haja um ser humano, há também a experiência humana”. Enquanto sujeitos reflexivos e de ação, nos é possível criar mudanças na estrutura a partir das microrrevoluções. Em nossa experiência, como licenciandos, tais revoluções podem ser feitas a partir da educação. E neste contexto temos excelentes exemplos de experiências disruptivas, como Exu nas Escolas, Pretagogia, entre outras epistemologias decoloniais e antirracistas.

Neste sentido, este texto visa apresentar algumas reflexões a partir das componentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB: Religiões de Matriz Africana, Filosofia da Ancestralidade e Educação e Religiosidades e Espiritualidades na Educação para a Cidadania nos Países da Integração. Entre seus objetivos específicos estão identificar as contribuições na formação dos/as professores/as e reconhecer a sua importância na constituição do ser humano sócio-histórico.

Como percursos metodológicos, este texto está ancorado a partir de um viés bibliográfico, tendo como referencial teórico autores e autoras que tratam sobre filosofia africana (Ramose, 1011; Somé, 2007), educação étnico-racial (Pereira, 2021; 2020; Almeida, 2019; Oliveira, 2012), educação libertadora (hooks, 2013; Freire, 1987) e violência simbólica (Bourdieu, 1997).

Fica evidenciado a partir deste estudo que existe uma estigmatização das culturas e crenças africanas e afro-brasileiras. Isso se manifesta no racismo religioso, na ausência de implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no Brasil, e em currículos que não coadunam com as realidades da população, que é majoritariamente negra. A educação afrorreferenciada no período de formação dos professores do curso de licenciatura, em especial, do Curso de Pedagogia, tanto no âmbito profissional, como de caráter social/pessoal, pode contribuir para uma *práxis* pedagógica transformadora, rompendo com os moldes coloniais ainda vigentes na educação.

483

Metodologia

Nosso objetivo ao desenvolver esta escrita é fazer uma reflexão embasada no conjunto de bibliografias que vão nos sendo apresentadas ao longo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, principalmente nas componentes Religiões de Matriz Africana, Filosofia da Ancestralidade e Educação, Religiosidades e Espiritualidades na Educação para a Cidadania nos Países da Integração. Neste sentido, a nossa pesquisa tem um caráter qualitativo bibliográfico, unida ao relato de experiência.

Para Howard Becker (2014), a pesquisa qualitativa busca descrever a verdade social e, unida à pesquisa bibliográfica, segundo Carlos Gil (2002, p. 3) visa "[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente", podendo, neste sentido, tornar a pesquisa interdisciplinar, não nos detendo a uma única área de conhecimento.

Em suma, todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras (Marconi & Lakatos, 2004).

Além disso, a experiência de sermos estudantes, de termos três (3) nacionalidades distintas — angolano, brasileira e guineense — também fará parte constante da nossa escrita, apresentando a perspectiva de cada um(a).

Resultados e discussão

Enquanto estudantes, estamos vivenciando os processos de aprendizagem para sermos futuros professoras e professor, a partir da experiência da UNILAB, uma universidade interiorana e internacional. Ao mesmo tempo, nos sentimos privilegiadas enquanto mulheres negras por sermos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, um curso afrocentrado.

Para a professora Carla Almeida (2019, p.71) “A educação afrocentrada constitui-se como um desafio na contemporaneidade, na busca de assegurar o lugar dos africanos e afro-brasileiros, como sujeitos da sua própria história e da sua cultura”. A partir desta afirmação e do compartilhamento das experiências dos/das colegas em sala de aula, podemos refletir sobre a quem a escola serve, já que, seja no Brasil, Guiné-Bissau ou em Angola, não é possível identificar no espaço escolar os aspectos subjetivos das culturas, das localidades, dos valores étnicos, entre outros.

Nessa perspectiva, desenvolvemos a seguir os pontos de reflexão, tendo como eixo a experiência de cada um de nós, em componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB, sem nos afastarmos das nossas realidades sócio-histórica-subjetivas.

Reconhecer Angola a partir do Brasil: as similaridades dos Candomblés com os Bakama

Enquanto estudante angolano no Brasil, foi inevitável não perceber algumas semelhanças e diferenças nas práticas culturais entre os povos angolanos e brasileiros. Talvez este seja o reflexo do período colonial, já que a região que hoje é conhecida por Angola sofreu com os sequestros em massa de sua população, que foi escravizada no Brasil.

Neste sentido, venho apresentar algumas reflexões a partir da experiência com a componente curricular Religiões de Matriz Africana, no que tange às semelhanças dos candomblés com as práticas de manifestação cultural dos Bakama (Zindunga).

Os Bakama do Tchizo são uma das religiões mais tradicionais da província de Cabinda, mais precisamente da aldeia de Tchizo. Reconhecidos como uma instituição secreta e de caráter excepcional, eles se destacam por sua missão de baluarte da pureza e da moral.

Sabe-se apenas que, os bakama estiveram no passado ligados ao culto “lusunzi”, um génio da terra, que servia de intercessor entre Deus, Criador e Senhor do Universo (Nzambi Mpungu ou Nzambi Nvandji li Ilu ai Nsi) e os homens, uma vez que Deus estava situado num plano tão superior e sublime e a uma distância tão longínqua que os antepassados não tinham acesso a Ele. (Munhoz, 2020, s.p.).

Segundo Erick Munhoz (2020), a atuação dos Bakama está diretamente ligada aos aspectos sociais de Cabinda. As manifestações ocorrem nas ocasiões de empossamento de chefes, nos atos fúnebres, nos casos de doenças prolongadas e/ou graves, nas cerimônias de expiação, purificação, consagração, nos casos de calamidades naturais, entre outras. “Nas cerimônias, eles aparecem num total de dez mascarados do Tchizo que, quando convocados em circunstâncias próprias, atuam quer em público, quer em privado.” (Munhoz, 2020, s.p.).

O reconhecimento de Angola no Brasil veio através dos documentários apresentados na disciplina, em que podemos experienciar uma imersão nos candomblés. Dentre estes, destaco o filme Egungun - Ilha de Itaparica (1984). O documentário nos apresenta a comunidade do Ilê Agboulá em Ponta de Areia, Itaparica, Bahia, que há mais de 200 anos segue cultuando os antepassados africanos e brasileiros (Cinemateca, 2007).

À medida que fui experienciando as cores, os movimentos, os diálogos, a comida, fui retornando ao meu país e me aproximando das lembranças que pareciam esquecidas. Assim, foi possível identificar algumas práticas e ações comumente presentes no cotidiano cultural de povos angolanos e que, no contexto social, não são reconhecidas ou são negadas como religião.

A marcação sonora, a partir do uso de instrumentos e seus ritmos nos cultos aos Egum, me lembrou os Bakama de Cabinda, pois em ambas as manifestações e cultos, é comum o uso de batuques, proporcionando ritmo e movimento, enquanto as pessoas dançam e batem palmas ao mesmo tempo.

Outra marca importante que me fez pensar nas semelhanças entre ambos são os tecidos/tiras de pano em que os Egum se materializam e as máscaras/vestimentas do Bakama. Acredita-se que são homens debaixo das máscaras pintadas com seus corpos revestidos por folhas de bananeiras secas, mas estes não se revelam, mantendo suas identidades secretas.

O fato a ser refletido é o significado de Egum e Bakama. Enquanto o primeiro é reconhecido pelos descendentes dos africanos sequestrados e escravizados, como Exú e os espíritos dos antepassados mortos; em Cabinda, as figuras mascaradas dos Bakama são reconhecidas pelo aspecto folclórico e elas

representam na narrativa das tradições os espíritos de algumas sereias dos rios da região do Tchizo.

A colonização influenciou a forma como vemos as religiões africanas, sendo estas aceitas pelas sociedades apenas no aspecto cultural folclorizado, fortalecendo a violência simbólica. Pierre Bourdieu afirma que a violência simbólica é uma forma de coerção baseada em acordos não conscientes, “[...] que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer.” (Bourdieu, 1997, p. 22). Além da folclorização das religiões africanas que deslegitimam os seus significados, as religiões também sofrem com a demonização, sendo estas associadas a tudo o que é ruim, aos olhos do colonizador e dos colonizados.

Embora a experiência religiosa da comunidade do Ilê Agboulá seja de origem Nagô (Iorubá da África Ocidental), é possível identificar semelhanças, embora pequenas, mas que são ricas de significado para compreendermos a dimensão do continente africano e das suas múltiplas culturas, religiosidades e espiritualidades.

Como veremos adiante, é importante reconhecer nossa ancestralidade para nos libertarmos das amarras do colonialismo que segue ditando nossos conhecimentos, saberes e a forma como reconhecemos as nossas sociedades e a nós mesmos.

Por filosofia da ancestralidade na Educação Cearense

Cerca de 72,5% da população cearense se reconhece como negra, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2019). Para o historiador Hilário Ferreira (2021 *apud* Castro; Ayala, 2021), a autoidentificação da população cearense como negra é um reflexo das conquistas do movimento negro, o que possibilitou o desenvolvimento das políticas públicas e das ações afirmativas. Mas o que se percebe é que, embora sejam maioria, nota-se que ainda não se identificam com a cultura e os valores afro-brasileiros e africanos.

O estudo da componente curricular Filosofia da Ancestralidade e Educação nos possibilitou pensar nos aspectos subjetivos dos sujeitos que vivenciam a educação formal, a partir de uma existência filosófica, compreendendo essas estruturas como fontes que exercem poder e autoridade

(Jones, 1977-78, *apud* Ramose, 2011). Por muito tempo, a partir de uma perspectiva ocidental e colonial, aqueles e aquelas que não tinham ou exerciam poder eram considerados não humanos, assim, passíveis de dominação, exclusão, exploração, não só física, mas também psicológica, espiritual e intelectual.

Para ilustrar, temos os pensadores Hume, Kant e Hegel que classificaram as sociedades não europeias como inferiores, e entre os pré-requisitos estava a cor da pele. Em contrapartida a esse pensamento, temos a professora e escritora burkinabe Sobunfu Somé (2007), a qual aponta, com base nas experiências das sociedades africanas, a existência de uma unidade, um ser nuclear que é solidário: “O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada.” (Somé, 2007, p. 35 *apud* Machado, 2014, p. 2).

Apontar estas questões nos possibilita refletir: que educação queremos? Uma educação impõe que seleciona, enquadra, molda, diminui a subjetividade ou uma educação inclusiva, positiva, coletiva, que preza pela experiência individual e coletiva? Embora tenhamos as leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, que inclui o ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e indígena na educação básica, o que se tem observado a partir dos depoimentos em sala de aula é uma urgência de se pôr em prática o que está na legislação.

A afirmação de negritude no Ceará sem o reconhecimento da cultura e os valores afro-brasileiros e africanos é um problema que pode ser resolvido a partir da compreensão das nossas ancestralidades. No entanto, é importante ressaltar que as relações ancestrais vão muito além das relações de parentesco e, sim, como uma categoria analítica que contribui com a produção dos sentidos a partir das experiências enquanto pessoa negra, seja na filosofia, na ética, nos valores sociais, assim como no nosso subjetivo. (Oliveira, 2012).

É preciso racializar a experiência cotidiana para exercer uma educação antirracista, inclusive no espaço escolar, pensando que as práticas curriculares são eurocêntricas e têm por objetivo o controle. Para Carter G. Woodson (2021), no livro “A (des)educação do negro”, “O sistema atual sob o controle dos brancos treina o Negro para ser branco e, ao mesmo tempo, convence-o da inconveniência ou da impossibilidade de ele se tornar branco.” Embora o livro esteja a um passo para tornar-se centenário, na fala de muitos estudantes em sala de aula, nota-se que a prática do racismo no ambiente escolar é cotidiana e estrutural.

E é pensando em outras práticas que, ao ler Linconly Jesus Alencar Pereira (2020; 2021), pude reconhecer que a esperança de uma educação mais consciente e inclusiva é possível a partir dos nossos vínculos, seja através da natureza e com os nossos ancestrais, pois pensar em uma filosofia africana e afro-brasileira é refletir sobre as possibilidades de ser e existir, a partir de espaços racializados, tendo como referência a historicidade da população negra e dos seus espaços, seja nos candomblés, nas capoeiras, nas matrizes africanas.

Contexto Guiné-Bissau: Por uma educação inclusiva das Religiosidades e Espiritualidades

488

A partir da experiência de ser uma estudante em diáspora, reflito sobre o contexto sócio-histórico e cultural do meu país, Guiné-Bissau. Situado na costa da África Ocidental, o país é formado por mais de 36 grupos étnicos diferentes. Cada um desses grupos tem as suas práticas religiosas, danças e manifestação cultural, e nesta perspectiva, trago a seguinte questão: Como um professor/a guineense pode abordar em sala de aula as religiões africanas?

A partir da disciplina “Religiosidade e Espiritualidade na educação para cidadania nos países da integração”, compreendemos que o ensino religioso não trata somente das questões religiosas, mas dos aspectos culturais, filosóficos, éticos, da vida de cada sujeito. Dessa forma, acredito que, embora em contextos plurais, é possível desenvolver uma educação pautada na diversidade, sendo esta uma prática libertadora (hooks, 2013; Freire, 1987).

Embora Guiné-Bissau seja um país laico e a prática da educação religiosa não seja empregada na educação pública, no ensino privado, as escolas cristãs e muçulmanas operam cotidianamente com seus dogmas. Enquanto nas escolas públicas não existem tais imposições, no contexto educacional, o que se vivencia é uma educação eurocêntrica, em que os livros didáticos são produzidos com conteúdo que não coaduna com a realidade do país.

Tratar sobre as questões da religiosidade e espiritualidade dos educandos guineenses seria uma possibilidade de trazer de forma direta os aspectos sociais para o espaço escolar, além de promover o respeito e a cidadania, pois como afirma a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) do Brasil,

O ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural. Nesse processo, o sujeito se constitui enquanto ser de imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica). (BNCC, 2018, p. 438).

A escola reproduz o sistema de dominação e controle do capitalismo, sendo a função do currículo padronizar a educação com o objetivo mercadológico, tanto que os principais financiadores da educação são as organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outras (Spring, 2018).

Somos “educados” na escola a termos uma visão única, uma racionalização do mundo do ponto de vista europeu, que, unida ao processo colonial, segue moldando nossos pensamentos. Segundo Sai e Café (2021, p. 1487), “[...] na atualidade, esse pensamento dominante está ancorado nas mentes de alguns bissau-guineenses que têm desprezado os valores tradicionais de sua cultura local para valorizar e adorar o modo e o estilo de vida dos europeus”.

Neste contexto, o ensino religioso nas escolas da Guiné-Bissau poderia ser um importante movimento para desalienar os processos de assimilação impostos desde a colonização, o qual nos fez acreditar que todos os aspectos da nossa tradição não são civilizados, sendo o espaço escolar muitas vezes um ambiente de bullying e preconceito para aqueles e aquelas que carregam consigo a experiência cultural/social do seu povo/grupo étnico.

Considerações Finais

Nosso objetivo ao desenvolver este estudo é reconhecer, enquanto estudantes da UNILAB, a importância do diálogo em sala de aula e como o diálogo gera profundas reflexões em nós, as quais reverberam para além da nossa formação como futuras professoras e professores. As experiências com as componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia – em particular, Religiões de Matriz Africana, Filosofia da Ancestralidade e Educação, Religiosidades e Espiritualidades na Educação para a Cidadania nos Países da Integração – são contribuições importantes para nos libertarmos dos mitos empregados sobre a religiosidade africana, sendo estas muitas vezes reconhecidas por muitos como um tipo de magia que tem por objetivo fazer o mal.

Dessa forma, apontamos ao longo do texto diversas contribuições para uma educação mais plural, inclusiva e antirracista.

No Brasil, apesar de ser grande o número de pessoas que professam alguma religião de matriz africana, o que se estabelece socialmente ainda é o racismo religioso aos povos de terreiro, sendo-lhes negado o direito de professar suas crenças nos espaços sociais, por exemplo, na escola ou em atividades de caráter público. Como afirma o professor e pesquisador Pereira (2021), a formação social do Brasil é composta por três povos: os indígenas, os invasores coloniais europeus e os trabalhadores escravizados da África que vieram para o Brasil. Mesmo com esses três povos, a civilização e cognição empregadas no contexto brasileiro foram a eurocêntrica, a qual define a população branca europeia como centro de todas as civilizações – nas ciências, nas religiões, nas políticas e na economia. Torna-se evidente, portanto, a urgência de desestruturar a hegemonia branca, hetero e cis que ainda permeia as estruturas sociais e educacionais, mesmo em ambientes formalmente plurais como a UNILAB.

O mesmo acontece em Angola e Guiné-Bissau, em sua estrutura política e burocrática, em que o *modus operandi* da colonização segue ditando o que devemos aprender nas escolas, a quem devemos cultuar, como devemos nos vestir e ser. Ao longo dos anos, pudemos compartilhar nossas experiências e, enquanto estudantes de diferentes nacionalidades, e observamos como a estrutura dominante eurocêntrica/estadunidense continua a impactar as vivências individuais e coletivas, reforçando a necessidade de *práxis* educacionais que questionem e transformem essa realidade.

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que preconizam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, são um marco importante, mas como foi observado em nosso estudo, existe uma necessidade imperativa de sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas. A lacuna entre a legislação e a vivência escolar, ao que se refere às leis brasileiras, aponta para a persistência de currículos eurocêntricos que negligenciam aspectos subjetivos e culturais do Brasil, ao que se refere aos valores étnicos.

Dessa forma, acreditamos que é importante para as competências dos futuros professores o entendimento sobre o que se trata uma educação afrorreferenciada e suas práticas. Uma educação que promove o reconhecimento da ancestralidade valida a existência de outros saberes. É preciso nos reconectar com a nossa ancestralidade para nos possibilitar um novo olhar sobre si, no

âmbito individual e coletivo, nos permitindo existir e reconhecendo os nossos conhecimentos, não apenas de forma genuína, mas também como transformadora.

Afirmamos, então, a importância de termos uma formação acadêmica afrocentrada ou, melhor, afrorreferenciada, que preze pela racialização da experiência cotidiana, pela implementação efetiva de currículos antirracistas e decoloniais, e pelo fortalecimento da identidade e ancestralidade de todos os sujeitos, especialmente aqueles historicamente marginalizados. Buscamos, assim, uma *práxis* pedagógica transformadora, que nos possibilita uma disruptão dos modos operantes da educação colonial que ainda está em curso, mesmo após a independência dos nossos países – Angola, Brasil e Guiné-Bissau.

Referências

ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque. Currículo afrocentrado: implicações para a formação docente. **Revista Sul Americana de Filosofia e Educação**. n. 31, mai-out./2019, p. 71-86. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28257>

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. v. 1, n. 2, 2014, p. 184-199. DOI: <https://doi.org/10.19092/reed.v1i2.18>

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Ensino Religioso. In.: **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018, p. 438-459.

BRAJSBLAT, Carlos. **EGUNGUN**: Ilha de Itaparica. (1:39min). 1984. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AW-eeLujC2I>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CASTRO, Bruno de. AYALA, Rafael. **72,5% da população do Ceará é negra, aponta estudo; especialistas comentam**. Ceará Criolo, publicado em 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/725-da-populacao-do-ceara-e-negra-aponta-estudo/> Acesso em: 02 jun. 2023.

CINEMATECA. **Filmografia Egungun**. Publicado em 22 de junho de 2007. Disponível em:<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=014857&format=detailed.pft#:~:text=Para%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20filme,rituais%20que%20ocorrem%20neste%20oper%C3%ADodo>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectiva para o ensino das relações étnico-raciais. **#Tear: Revista de Educação, Ciências e Tecnologias**. Canoas. v. 3, n. 1, 2014, p. 1-20.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MUNHOZ, Erick. Bakama: **Uma instituição secreta na cultura cabindense**. Alto Conselho de Cabinda. Publicado em julho de 2020. Disponível em: <https://www.altoconselhodecabinda.org/pt/1964-2/> Acesso: 15 jun.2022.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE**. n° 18, maio-outubro, 2012, p. 28-47. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.voi18.4456>

PEREIRA. Linconly Jesus Alencar. Encruzilhadas epistêmicas: a estruturação dos princípios filosóficos dinamizadores presentes nos terreiros. **Revista espaço acadêmico**. v. 20, n. 227, p. 12-22, 2021.

PEREIRA. Linconly Jesus Alencar. Paradigma afro-ancestral: reflexões iniciais de novas epistemologias a partir da cosmovisão nagô-yorubá. In: LIMA, Ivan C.; VILLACORTA, Gisela M. **Rede de colaboração educacional**: a Unilab em destaque numa dimensão afrocentrada. Fortaleza: Imprece, v. 1, p. 187-203, 2020.

RAMOSE, Magobe Bernard. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Ensaios Filosóficos, v. 4, outubro, p. 6-25, 2011.

SIA, Isna Gabriel; CAFÉ, Anderson Luis da Paixão. As resistências guineenses frente às imposições do modelo educacional português: as práticas de liberdade do povo Brasa (Balanta) reveladas em seus processos formativos. **Latin American Journal of Development**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1472-1490, mai./jun. 2021. ISSN 2674-9297.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Trad. Ana Júlia Galvan. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.

WOODSON, Carter Godwin **A des-educação do negro**. Trad. Carlos Alberto de Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.